



Intervenção do Senhor Professor Domingos Soares Farinho, Membro da CNE

Nos 40 anos da mais antiga entidade administrativa independente da nossa democracia, a importância da escolha do tema que preside à conferência de aniversário é de destacar. A existência de uma Administração Eleitoral Independente, com todos os vetores em que essa independência se declina, é o garante de um regime político saudável e a base a partir da qual tudo o resto se pode construir. Foi exatamente por isso que a Comissão Nacional de Eleições entendeu escolher este tema e, através dele, tratar um conjunto de matérias que, ao cabo de 40 anos de atividade da Comissão, continuam tão ou mais atuais do que quando esta entrou em funções em 1976. Neste sentido, para além de se ter aproveitado a Conferência para apresentar um importante estudo sobre o perfil dos membros que compuseram a CNE ao longo da sua existência e de se ter escolhido uma primeira mesa composta por deputados, enquanto atores políticos com um papel privilegiado na construção do quadro legal e político em que se desenrolam as eleições, a conferência integrou ainda mais três sessões específicas. Sendo as duas primeiras intervenções que referi alvo de um texto específico do Dr. João Azevedo, membro da CNE que moderou a primeira sessão da Conferência, dedicarei algumas palavras sobre as três sessões restantes de cujo testemunho escrito a obra “A administração eleitoral independente” é agora objeto. Antes de me ocupar de cada um dos temas e intervenientes de cada uma das sessões de que irei escrever, quero sublinhar a importância do registo escrito destas sessões. Com efeito, para além da importância da conferência, como momento solene, mas também espaço de reflexão e de debate, para o livro que recolhe tais intervenções fica um papel de memória histórica sempre importante, mas que na vida da CNE o é ainda mais dada a escassez de eventos desta natureza. É pois de saudar esta iniciativa que agora se espera poder passar a servir como mais um contributo para o estudo desta importância área da nossa vida cívica e política.

No que diz respeito às sessões 2 a 4, escolheram-se temas que se pretendem representativos das principais discussões que sempre ocupam a atuação de uma entidade independente de administração eleitoral. Na segunda sessão escolheu-se “A igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os atos do recenseamento e operações eleitorais”, escolhendo-se para o debate dois especialistas de áreas diversas - Direito e Sociologia - com preocupações distintas mas convergentes sobre a importância de acautelar as diversas causas que podem gerar desigualdades de tratamento dos cidadãos nos atos eleitorais. A terceira sessão, coordenada pela Dra. Carla Luís, membro da CNE, foi devotada a “A administração eleitoral independente numa perspetiva internacional”, podendo contar-se com participações estrangeiras provenientes de oradores das organizações International IDEA e da A-WEB. Finalmente, a quarta sessão, moderada pelo Dr. João Almeida, também membro da CNE, foi dedicada a um tema especialmente atual à data da conferência “A igualdade de oportunidades de ação e propaganda das candidaturas”, tendo nela participado o Presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e o Conselheiro Guilherme da Fonseca, permitindo uma visão a partir da mais alta magistratura.

Estamos em crer que tal como as sessões que aqui recordamos foram de uma enorme importância para o necessário debate democrático, também o seu registo na obra que agora fica disponível ao público será da maior importância. Importa agora distribuí-la e divulgá-la, assegurando a sua utilização.



Intervenção do Senhor Dr. João Azevedo de Oliveira, Membro da CNE

A comissão Nacional de Eleições comemorou o seu 40º aniversário com um colóquio realizado na Assembleia da República, no passado mês de novembro de 2014, subordinado ao tema A Administração Eleitoral Independente que constou da apresentação de um trabalho de Investigação realizado pelas Drs. Ana Raquel Almeida Grifo e Maria Ferreira Cerejo (estagiárias da CNE ao abrigo do protocolo existente com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), de um painel político com a presença de um representante de cada grupo parlamentar da Assembleia da República e de mais três painéis de carácter mais técnico e académico que o Dr. Domingos Farinho desenvolverá noutra espaço.

Quanto ao trabalho de investigação sobre a CNE foi possível traçar um perfil tipo dos membros que passaram pela CNE nos últimos 40 anos: é do género masculino, tem cerca de 50 anos, formação académica na área do Direito e exercem sobretudo a sua profissão em escritórios de advocacia ou na Administração Central ou Local e são naturais de Lisboa ou da zona centro do país. Ainda quanto ao género é bom destacar que o primeiro membro do sexo feminino só ocorreu em 1983 durante a 5ª Comissão.

No painel que contou com a presença e intervenção dos representantes dos grupos parlamentares da AR foi debatido o tema do Esclarecimento Objetivo dos Cidadãos Acerca dos Atos Eleitorais.

Todos os oradores foram unânimes em realçar o papel importante da CNE como órgão independente da administração pública e com papel preponderante no esclarecimento cívico dos cidadãos e em assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos e a igualdade de tratamento das candidaturas durante as campanhas eleitorais.

Alguns oradores manifestaram preocupações de diversa ordem:

A Dr.ª Manuela Cunha (Verdes) lamentou a falta de meios da CNE para poder ter um papel mais pró-ativo de esclarecimento junto das Escolas e Universidades;

A Dra. Cecília Onório (BE) que também manifestou vontade de uma maior aproximação aos jovens acentuou ainda a importância em separar as águas entre o poder e as candidaturas;

O Dr. António Filipe do (PCP) defendeu a constitucionalização da CNE e as vantagens do sistema eleitoral proporcional e considerou que o tratamento jornalístico dado às diversas candidaturas deverá ser equitativo e não igualitário;

O Dr. João Rebelo (CDS-PP) salientou o papel da CNE em outras áreas como o esclarecimento das alterações legislativas da Reforma Administrativa e a concentração de dados no Cartão de Cidadão;

O Dr. José Magalhães (PS) preferiu abordar as deficiências informáticas do sistema, defendendo mais ferramentas para que os cidadãos e as candidaturas se pudessem aproximar mais da CNE e melhorar o esclarecimento cívico durante os períodos eleitorais;

Por fim o Dr. Carlos Abreu Amorim abordou a cobertura jornalística e os debates televisivos, a sobreposição das competências da ERC e da CNE e manifestou a necessidade de alterações legislativas, para conciliar a igualdade de tratamento das candidaturas com a liberdade editorial.

Todas as intervenções podem ser consultadas no livro que agora apresentámos e que disponibilizamos.